



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO (RELACI)

Emitente: Auditor de Controle Interno da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES
Unidade Gestora: Câmara Municipal de Boa Esperança/ES
Gestor Responsável: Carlos Venancio
Exercício: 2022



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

1. INTRODUÇÃO

Elaborado conforme prevê o Anexo III da Instrução Normativa nº 68 de 2020 (Subitem 3.2.24), do Tribunal de Contas do Espírito Santo, e também com fundamento no artigo, 7º, VII, “b”, da Lei nº 12.527 de 2011, este relatório apresenta as atividades executadas pela Controladoria Interna da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES, planejadas ou não, na qual há atuação direta do Sistema de Controle Interno.

É assegurada a proteção das informações sigilosas e pessoais, conforme preceitua o artigo 6º, III, da Lei nº 12.527/2011, e o artigo 14, § 3º, da Lei Municipal nº 1.735 de 2021.

A seguir serão apresentados os trabalhos de auditoria interna, relativos ao exercício de 2022, bem como outros procedimentos realizados durante o exercício em tela.

1.1. Quadro de Pessoal da Equipe de Controladoria Interna da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES

Durante exercício de 2022, ante a exoneração do servidor lotado na vaga de Auditor de Controle Interno, o que se extrai da Portaria nº 42, de 18 de julho de 2022, novo aprovado no Concurso Público 01/2019 foi nomeado, através da Portaria nº 49, de 08 de agosto de 2022. Dessa forma, a Controladoria Interna da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES mantém apenas 01 (um) servidor efetivo em sua estrutura. O quadro a seguir resume as informações relativas a mudança de pessoal durante o exercício.

Setor	Nome	Vínculo	Cargo	Área de Formação	Situação	Admissão	Exoneração
CI	Ricardo Hoffmann	Efetivo	Auditor de Controle Interno	Direito	Exonerado	Portaria nº 57/2019	Portaria nº 42/2022
CI	Carlos Henrique Turini Gomes	Efetivo	Auditor de Controle Interno	Direito	Ativo	Portaria nº 49/2022	—



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

2. PONTOS DE CONTROLE SELECIONADOS

Foram selecionados para auditoria os pontos de controle da Tabela Referencial 1: 1.4.7; 1.4.10; 1.4.11; 1.4.13; e 1.4.17. A análise dessa seleção foi concretizada através do Relatório de Auditoria 001/2023.

O Relatório de Auditoria 001/2023 cumpre, na sua elaboração, com os requisitos elencados pela Resolução 383/2019 e pela Lei Municipal nº 1.735/2021. Tem como finalidade verificar os pontos de auditoria elencados abaixo:

- *A despesa total com pessoal da Câmara Municipal de Boa Esperança, no exercício de 2022, ultrapassou o limite de 6% (art. 20, III, “a”, da Lei Complementar 101 de 2000) sobre a Receita Corrente Líquida do Município? Se ultrapassou, as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas?*
- *O gasto total com folha de pagamento da Câmara Municipal ultrapassou o limite de 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício de 2022?*
- *O subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança obedece ao limite constitucional disposto no art. 29, inciso VI, alínea b (em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais)?*

OBJETIVOS

Objetiva-se verificar se os limites constitucionais, os limites da lei de responsabilidade fiscal e os limites estabelecidos nos demais diplomas legais sobre folha de pagamento e gastos totais na Câmara Municipal de Boa Esperança foram observados. Também é objetivo avaliar se o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) está em conformidade com a parte 04.00.05.04 do Manual de Demonstrativos Fiscais 2022, 12ª edição, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Os procedimentos adotados na auditoria consubstanciam-se na coleta e análise dos dados publicados no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Boa Esperança, em sítios



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

eletrônicos e também em murais com amplo acesso à população, sendo, em síntese, utilizados os seguintes documentos:

- RGF – Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa Com Pessoal – Janeiro a Dezembro de 2022
- RGF – Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal – Janeiro a Dezembro de 2022
- Balancete Analítico da Despesa Orçamentária – Dezembro de 2022

LIMITES CONSTITUCIONAIS

Questão de Auditoria nº 01: *A despesa total com pessoal da Câmara Municipal de Boa Esperança, no exercício de 2022, ultrapassou o limite de 6% (art. 20, III, “a”, da Lei Complementar 101 de 2000) sobre a Receita Corrente Líquida do Município? Se ultrapassou, as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas?*

Da Análise

A Despesa Total com Pessoal (DTP) referente ao período de **janeiro de 2022 a dezembro de 2022** realizada pela Câmara Municipal, informação que se extrai do RGF – Anexo 1 (Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Janeiro a Dezembro/2022), foi de **R\$ 1.206.181,93** (um milhão, duzentos e seis mil, cento e oitenta e um reais e noventa e três centavos), o que equivale a **1,75% da Receita Corrente Líquida (RCL)**. Dessa forma, a Câmara Municipal de Boa Esperança **não ultrapassou o limite de 6% sobre a RCL**. A tabela a seguir resume as informações sobre limites que foram publicadas no Demonstrativo da Despesa com Pessoal citado:

Tabela 01

Descrição	Valor	% Sobre a RCL
Receita corrente líquida – RCL (janeiro de 2022 a dezembro de 2022)	R\$ 68.870.079,43	-
Despesa executada com pessoal (janeiro de 2022 a dezembro de 2022)	R\$ 1.206.181,93	1,75%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	R\$ 4.132.204,77	6,00%



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

Limite Prudencial – 95% (Parágrafo único do art. 22 da LRF)	R\$ 3.925.594,53	5,70%
Limite de Alerta – 90% (Inciso II, §1º do art. 59 da LRF)	R\$ 3.718.984,29	5,40%

Questão de Auditoria nº 02: O gasto total com folha de pagamento da Câmara Municipal ultrapassou o limite de 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício de 2022?

Constatou-se da análise do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Boa Esperança, Analítico das Liquidações (31901100000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil), que **entre 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022** tal despesa com pessoal equivaleu a **R\$ 1.013.985,17** (Um milhão, treze mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos).

A despesa orçada para a Câmara Municipal de Boa Esperança, conforme a Lei Municipal nº 1.750 de 21 de janeiro de 2022, Lei Orçamentária para o exercício de 2022, foi de **R\$ 2.736.000,00** (dois milhões, setecentos e trinta e seis mil reais), valor também conferível através do valor total da página de orçamento da despesa de 2022 do Portal da Transparência da Câmara Municipal.

Ambos os valores mencionados acima, disponíveis no Portal da Transparência, estão em conformidade com os valores expostos no Balancete Analítico da Despesa Orçamentária de dezembro de 2022.

O gasto total com folha de pagamento, analisado, corresponde a **37,06%** dos recursos financeiros recebidos a título de duodécimos, **não ultrapassando, assim, no exercício de 2022, os limites impostos pelo parágrafo primeiro do artigo 29-A da Constituição Federal de 1988**, análise resumida na tabela abaixo apresentada.

Tabela 02

Descrição	Valor
Total de Duodécimos (Repasses) Recebidos – Janeiro a Dezembro/2022	R\$ 2.736.000,00
Total da Despesa Legislativa com Folha de Pagamento – Janeiro a Dezembro/2022	R\$ 1.013.985,17



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

% Gasto com folha de pagamentos	37,06%
% Limite Máximo de Gasto com folha de pagamentos	70%

Questão de Auditoria nº 03: *O subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança obedece ao limite constitucional disposto no art. 29, inciso VI, alínea b (em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais)?*

Estimou o IBGE, para 2021, que a população esperancense tenha sido composta por 15.146 habitantes¹. O Censo de 2022 entrou na Etapa de Apuração no dia 1º de março de 2023, sendo que a divulgação dos primeiros resultados só ocorrerá no final de abril de 2023². Dessa forma, o Município se enquadra na faixa de limites do artigo 29, inciso VI, alínea b, da Constituição Federal de 1988, que possui a seguinte redação:

“Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

[...] VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

[...] b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)” (Constituição Federal de 1988)

Os Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança têm seu subsídio fixado pela Lei Municipal nº 1.722 de 2020. Essa lei estabelece que de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, o subsídio mensal fica fixado no valor de **R\$ 4.915,00** (quatro mil, novecentos e quinze reais).

“Art. 1º O subsídio mensal, durante a legislatura do período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, fica fixado em:

I - R\$ 4.915,00 (quatro mil, novecentos e quinze reais) para o Vereador;” (Lei Municipal nº 1.722 de 2020).

1 IBGE. Cidades e Estados: ES - Boa Esperança. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/boa-esperanca.html>>

2 IBGE. Censo 2022. IBGE encerra coleta de dados do Censo; começa agora a fase de apuração. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/noticias-por-estado/36363-ibge-encerra-coleta-de-dados-do-censo-comeca-agora-a-fase-de-apuracao>>



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

Quanto ao subsídio dos Deputados Estaduais, a Lei Estadual nº 10.317 de 22 de dezembro 2014³ o fixou, em seu artigo 3º, no valor de **R\$ 25.322,25** (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos). Essa norma, na qual vigeu o valor em questão do mês de fevereiro de 2015 até 31 de dezembro de 2022, foi revogada pela Lei Estadual nº 11.766, de 23 de dezembro de 2022⁴, que trouxe uma nova tabela de subsídios mensais dos Deputados Estaduais que só começaram a ser aplicados, de acordo com o artigo 2º do novo diploma, a partir de 1º de janeiro de 2023 com o valor fixado de R\$ 29.469,99 (vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos).

Dessarte o que foi apresentado acima, verifica-se que o valor de subsídio fixado para os Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança corresponde a **19,41% do subsídio dos Deputados Estaduais, não ultrapassando, assim, o limite de 30% que estabelece a Constituição Federal de 1988**. O resumo está registrado na seguinte tabela:

Tabela 03

Descrição	Valor
Subsídio dos Deputados Estaduais (Lei nº 10.317 de 2014)	R\$ 25.322,25
Limite Máximo Subsídio Vereadores (30% - art. 29, VI, b, CF/88)	R\$ 7.596,67
Subsídio dos Vereadores (Lei Municipal nº 1.722 de 2020)	R\$ 4.915,00
Porcentagem em relação aos Deputados Estaduais	19,41%

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Publicação

É faculdade dos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal (art. 63, II, b, da Lei Complementar nº 101 de 2000). A divulgação dos relatórios deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre (art. 63, § 1º, do mesmo diploma legal).

O Relatório de Gestão Fiscal, de acordo com o parecer consulta nº 00023/2017-7 do TCEES, ao ser publicado, deve cumprir o estabelecido pelo órgão central de contabilidade pública da

3 Lei nº 10.317 de 2014. Disponível em: <<https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lei103172014.html>>

4 Lei nº 11.766 de 2022. Disponível em: <<https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI117662022.html?identificador=380031003400340033003A004C00>>



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

União, não sendo exigível a publicação em jornais de grande circulação ou em diário oficial impresso. Ainda, conforme o mesmo parecer, e em atenção ao estabelecido na Lei de Acesso à Informação, recomenda-se que haja ampla divulgação dos dados relativos à gestão fiscal, por todos os meios disponíveis ao ente, incluindo portais da transparência, sítios eletrônicos oficiais e afixação em ambientes públicos e de fácil acesso.

É responsabilidade do Poder Legislativo Municipal a publicação dos demonstrativos sobre gestão fiscal nos prazos apresentados pela seguinte tabela:

Tabela 04

1º SEMESTRE	
Demonstrativos	Prazo para Publicação
Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal	Até o dia 30 de julho
2º SEMESTRE	
Demonstrativos	Prazo para Publicação
Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	Até o dia 30 de janeiro do ano subsequente ao de referência

Da Análise

Quanto a divulgação do Relatório de Gestão Fiscal pela Câmara Municipal de Boa Esperança, constatou-se que os Anexos em questão foram publicados no mural de publicações na portaria da Câmara, com amplo acesso, e também no Portal da Transparência, **dentro do prazo** estabelecido pela Lei Complementar nº 101 de 2000. O **RGF 2022 do 1º Semestre** foi publicado em **26 de julho de 2022** e o **RGF 2022 do 2º Semestre** foi publicado em **30 de janeiro de 2023**.

Tabela 05

1º SEMESTRE		
Demonstrativo	Publicado em	Disponível em
Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal	26 de julho de 2022	http://www.boaesperanca.es.leg.br/transparencia/documento?tipo=21
2º SEMESTRE		
Demonstrativos	Publicado em	Disponível em
Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e	30 de janeiro de 2023	http://www.boaesperanca.es.leg.br/transparencia/documento?tipo=21



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

dos Restos a Pagar Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal		
---	--	--

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório de Auditoria 001/2023 foi elaborado com o objetivo de verificar se os limites estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram obedecidos, e também se a publicação RGF foi realizada tempestivamente.

Realizada a análise dos pontos de controle em questão, verificou-se que, **no exercício de 2022, a Despesa Total com Pessoal, o gasto total com folha de pagamento, e o subsídio dos Vereadores não ultrapassaram os limites legais e constitucionais.**

A respeito dos prazos para publicação do RGF 2022 do 1º Semestre e do RGF 2022 do 2º Semestre, verificou-se que **a publicação ocorreu de forma tempestiva.**

Conclui-se, portanto, que **não foram constatadas irregularidades** nos itens elencados para auditoria.

Apresenta-se, a seguir a seleção dos pontos de controle analisados, referente ao exercício de 2022.

Código: 1.2.2

Ponto de Controle: Pagamento das obrigações previdenciárias – parte patronal

Processos Administrativos analisados: DELREP; DEMCSE01; DEMCSE02;

Base legal: CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei Local; Regime de competência

Procedimento: Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.

Universo do Ponto de Controle: Não foram observados registros de atrasos de pagamento de obrigações previdenciárias – parte patronal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

Código: 1.2.3

Ponto de controle: Registro por competência – multas e juros por atraso no pagamento

Processos Administrativos analisados: DELREP; DEMCSE01; DEMCSE02;

Base legal: CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei Local; Regime de competência

Procedimento: Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.

Universo do Ponto de Controle: Não foram observados registros de atrasos de pagamento de obrigações previdenciárias – parte patronal.

Código: 1.2.4

Ponto de Controle: Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias – parte servidor

Processos Administrativos Analisados: DELREP; DEMCSE01; DEMCSE02;

Base Legal: CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei Local

Procedimento: Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.

Universo do Ponto de Controle: Não foram observados registros de retenção/atrasos de pagamento de obrigações previdenciárias – parte servidor.

Código: 1.2.5

Ponto de Controle: Parcelamento de débitos previdenciários

Processos Administrativos Analisados: DELREP; DEMCSE01; DEMCSE02;

Base Legal: CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei local; Regime de competência

Procedimento: Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.

Universo do Ponto de Controle: Não foram observados registros de parcelamento de débitos previdenciários.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

Código: 1.2.8

Ponto de Controle: Medidas de Cobrança – Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber.

Processos Administrativos Analisados: DELREP; DEMCSE01; DEMCSE02;

Base Legal: LRF

Procedimento: Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.

Universo do Ponto de Controle: Não foram observados registros de parcelamento de débitos previdenciários.

Código: 1.3.3

Ponto de Controle: Disponibilidades financeiras, depósito e aplicação

Processos Administrativos Analisados: TVDISP; EXTBAN;

Base Legal: LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º do artigo 164 da CRFB/88

Procedimento: Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais

Universo do Ponto de Controle: Banco 021 – Agência 145 = total de 01 (uma) conta bancária.

Código: 1.4.7

Ponto de Controle: Despesas com pessoal – limite

Base Legal: LC 101/2000, arts. 19 e 20.

Procedimento: Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.

Universo do Ponto de Controle: Os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF foram observados. A Despesa Total com Pessoal (DTP) da Câmara Municipal, no exercício de 2022, foi de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), não ultrapassando, dessa forma, o limite de 6% (seis por cento) sobre a RCL estabelecido pelo artigo 20, III, “a”, da LRF.

Código: 1.4.8

Ponto de Controle: Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato

Base Legal: LC 101/2000, art. 21



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

Procedimento: Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.

Universo do Ponto de Controle: Não foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal no exercício em análise.

Código: 1.4.10

Ponto de Controle: Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações

Base Legal: LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.

Procedimento: Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.

Universo do Ponto de Controle: A Despesa Total com Pessoal (DTP) da Câmara Municipal de Boa Esperança não ultrapassou o limite prudencial estabelecido pelo parágrafo único do artigo 22 da LRF, portanto não ensejou a aplicação das medidas restritivas previstas nos incisos I a V do dispositivo em questão. A DTP da Câmara Municipal, no exercício de 2022, foi de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), não ultrapassando, dessa forma, o limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento) sobre a RCL estabelecido pelo artigo 22, parágrafo único, da LRF.

Código: 1.4.11

Ponto de Controle: Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências/medidas de contenção

Base Legal: LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º

Procedimento: Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88).

Universo do Ponto de Controle: A Despesa Total com Pessoal (DTP) da Câmara Municipal de Boa Esperança não ultrapassou o limite estabelecido pelo artigo 20, III, “a”, da LRF, portanto não ensejou a aplicação das medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF e 169, §§ 3º e 4º, da CF/88. A DTP da Câmara Municipal, no exercício de 2022, foi de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), não ultrapassando, dessa forma, o limite de 6% (seis por cento) sobre a RCL estabelecido pelo artigo 20, III, “a”, da LRF. Portanto, não ultrapassado o limite máximo estabelecido pela Lei



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

Complementar nº 101 de 2000, não se enseja a adoção das providências descritas nos parágrafos 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal de 1988.

Código: 1.4.13

Ponto de Controle: Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento

Base Legal: CRFB/88, art. 29-A, § 1º.

Procedimento: Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.

Universo do Ponto de Controle: O gasto total com folha de pagamento da Câmara Municipal de Boa Esperança não ultrapassou o limite de 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício de 2022. Constatou-se que, no exercício de 2022, tal despesa com folha de pagamento foi de R\$ 1.264.309,91, o que se verifica através da DEMVAP. A despesa orçada para a Câmara Municipal, conforme a Lei Municipal nº 1.750 de 2022, Lei Orçamentária para o exercício de 2022, foi de R\$ 2.736.000,00, valor que também pode ser verificado através do Balanço Financeiro (BALFIN). Dessa forma, o gasto total com folha de pagamento no exercício de 2022 corresponde a 46,21% dos recursos recebidos a título de duodécimos, não ultrapassando, assim, os limites impostos pelo parágrafo primeiro do artigo 29-A da CRFB/88.

Código: 1.4.17

Ponto de Controle: Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação

Base Legal: CRFB/88, art. 29, inciso VI

Procedimento: Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.

Universo do Ponto de Controle: O subsídio dos Vereadores atendeu, quando da sua fixação, ao disposto no artigo 29, inciso VI, alínea b, da CRFB/88 (em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais). Os Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança têm seu subsídio fixado pela Lei Municipal nº 1.722 de 2020 (FIXSUB). Essa lei estabelece que de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, o subsídio mensal fica fixado no valor de R\$ 4.915,00. Quanto ao subsídio dos Deputados Estaduais, a Lei Estadual nº 10.317 de 22 de dezembro de 2014 o fixou em seu artigo 3º, no valor de R\$ 25.322,25.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

Verifica-se, portanto, que o valor fixado para os Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança corresponde a 19,41% do subsídio dos Deputados Estaduais, não ultrapassando, assim, o limite de 30% que estabelece a CRFB/88.

Código: 1.4.18

Ponto de Controle: Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento

Base Legal: CRFB/88, art. 29, inciso VI

Procedimento: Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.

Universo do Ponto de Controle: O pagamento dos subsídios aos Vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, alínea *b*, da CRFB/88. Para o Exercício de 2022, conforme a Lei Municipal nº 1.722 de 2020, o subsídio mensal dos Vereadores continuou fixado na quantia de R\$ 4.915,00 (quatro mil, novecentos e quinze reais), o que equivale a 19,41% do subsídio de R\$ 25.322,25 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos), fixado pela Lei Estadual nº 10.317 de 2014, para os Deputados Estaduais. O pagamento dos Vereadores, conforme se extrai dos Extratos Consolidados da Folha de Pagamento do exercício de 2022, manteve a quantia fixada pela lei e, consequentemente, respeitou os limites máximos estabelecidos pelo dispositivo em tela.

Código: 1.4.19

Ponto de Controle: Despesas com pessoal – remuneração vereadores

Base Legal: CRFB/88, art. 29, inciso VII

Procedimento: Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.

Universo do Ponto de Controle: O total da Receita informado pelo artigo 2º da Lei nº 1.750 de 2022 (Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022) foi de R\$ 69.274.637,18 (Sessenta e nove milhões, duzentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e dezoito centavos), valor que pode ser constatado no RELGES. Aplicado o percentual de 5% sobre esse valor (artigo 29, inciso VII, da Constituição Federal de 1988) é obtido o valor de R\$ 3.463.731,86 (três milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos). O valor referente ao total da despesa com subsídios, que se extrai do BALVER-ANUAL, é de R\$ 539.220,00. Esse valor não ultrapassou o limite estabelecido pelo artigo 29, inciso VII, da CRFB/88.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

Código: 1.4.20

Ponto de Controle: Poder Legislativo Municipal – despesa total

Base Legal: CRFB/88, art. 29-A

Procedimento: Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior

Universo do Ponto de Controle: O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não ultrapassou o percentual de 7% definido no inciso I, do Art. 29-A, da CRFB/88, conforme demonstrado na documentação apresentada referente ao exercício de 2022, dos itens que compõem a folha de pagamento (subsídios, vencimentos, salários e férias). Portanto, a Câmara Municipal não ultrapassou o percentual de 7% definido no Art. 29-A, da CRFB/88.

Código: 2.2.13

Ponto de Controle: Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura

Base Legal: CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64

Procedimento: Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Universo do Ponto de Controle: Não houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, o que se verifica do Demonstrativo de Créditos Adicionais (DEMCAD) do exercício de 2022. Há, também, autorização contida no artigo 5º da Lei Municipal nº 1.750 de 2022 (LOA 2022).

Código: 2.6.3

Ponto de Controle: Pessoal – contratação por tempo determinado

Base Legal: CRFB/88, art. 37, inciso IX.

Procedimento: Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.

Universo do Ponto de Controle: Não foram realizadas contratações que se destinam ao atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público pela Câmara Municipal no exercício de 2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

Código: 2.6.4

Ponto de Controle: Pessoal – teto

Base Legal: CRFB/88, art. 37, inciso XI.

Procedimento: Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.

Universo do Ponto de Controle: O teto remuneratório dos servidores públicos vinculados à Câmara Municipal de Boa Esperança obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988. A Lei Municipal nº 1.723 de 2020 fixou o subsídio mensal do Prefeito em R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), valor que se tornou o limite de teto remuneratório na esfera municipal e que não foi ultrapassado pelo teto remuneratório dos servidores da Câmara Municipal.

3. PONTOS DE CONTROLE DA TABELA REFERENCIAL 1, CONSTANTES DO ANEXO III DA IN TC Nº 68/2020, NÃO SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO

Quanto aos pontos de controle sugeridos para avaliação por meio de auditoria ou de análises de conformidade, com base na Tabela Referencial 1 do Anexo III da IN TC nº 68/2020, apenas os pontos que estão elencados no item 2 foram selecionados pela auditoria interna.

4. AUDITORIA INTERNA E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS

A Controladoria Interna da Câmara Municipal de Boa Esperança, com fundamento no ordenamento jurídico brasileiro e no princípio da boa prática administrativa, expediu algumas recomendações, manifestos e pareceres no exercício de 2022 a fim de prevenir a ocorrência de falhas, erros, desvios, fraudes e riscos potenciais e de aperfeiçoar a gestão. A seguir estão elencados os procedimentos em questão.

4.1 Das Recomendações

Processo nº 9655/2022 – Recomendação para que seja alterado o ordenamento interno para atendimento ao disposto no art. 2º da IN 83/2022 do TCEES, e para que seja enviada cópia da IN 83 à Diretoria Geral, para levantamento de informações a serem prestadas pelo Presidente da Câmara ao TCEES por meio do CidadES.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO

Processo nº 9662/2022 – Recomendação para que seja publicada a suspensão da contagem de prazo de validade dos concursos públicos, com declaração dos efeitos em desdobramento, em decorrência da Lei Federal nº 14.314/2022, bem como novo cálculo de validade.

Processo nº 9745/2022 – Recomendação para que seja observado pelo Presidente da Câmara Municipal o respeito aos princípios da Administração Pública, em especial, a finalidade pública, economicidade, razoabilidade e moralidade, na contratação de empresa para prestar serviços de *Coffee Break* ou *Buffet*, assim como recomendação para que seja observado se há dotação própria para este fim.

Processo nº 9831/2022 – Recomendação de verificação de funcionalidade e usabilidade do Sistema WEB Processo Administrativo e Legislativo, e o devido treinamento dos servidores para completa e correta utilização.

Processo nº 9833/2022 – Recomendação de correção das informações incorretas no site institucional, especificamente na aba de acesso à informação.

4.2 Dos Manifestos

Processo nº 9661/2022 – Manifestação na qual adere ao parecer da Procuradora-geral e sugere que seja realizada uma estimativa de gastos da viagem para observar o atendimento dos princípios da economicidade, proporcionalidade e moralidade, bem como o de finalidade pública.

Processo nº 9989/2022 – Manifestação sobre pedido de desistência de candidato do concurso público nomeado, na qual se recomenda o respeito ao decurso do prazo expresso na portaria para nova nomeação.

4.3 Dos Pareceres

Ato de Admissão de Pessoal: Portaria nº 022/2022 – Parecer atestando a regularidade da nomeação de candidata aprovada em concurso público.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

PODER LEGISLATIVO

Ato de Admissão de Pessoal: Portaria nº 029/2022 – Parecer atestando a regularidade da nomeação de candidata aprovada em concurso público.

5. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA CÂMARA MUNICIPAL

Não foram instaurados procedimentos de Tomada de Contas Especial durante o exercício de 2022. Também não foram instaurados processos administrativos disciplinares durante o exercício em questão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste relatório evidenciam que as atividades da Controladoria Interna da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES, no exercício de 2022, foram balizadas pelo compromisso de agregar valor à gestão das diversas áreas do Poder Legislativo Municipal e pelo cumprimento das suas atribuições legais, atentando-se sempre para que os princípios que regem a administração pública sejam cumpridos.

A Controladoria Interna, por meio de suas orientações e recomendações, busca auxiliar na prevenção de práticas ineficientes, antieconômicas, fraudulentas e prejudiciais ao Poder Público. Busca-se também assegurar o cumprimento das leis, dos regulamentos e das diretrizes da Administração Pública do Poder Legislativo Municipal.

Boa Esperança/ES, 31 de março de 2023

Carlos Henrique Turini Gomes

Auditor de Controle Interno da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES